

*Roupas protetoras decorando a infância na Segunda Guerra Mundial (Brasil, 1942-1945)**

IVANA GUILHERME SIMILI**

Universidade Estadual de Maringá

Resumo: As políticas da maternidade e da infância são examinadas, neste texto, por meio da abordagem das roupas confeccionadas por mulheres para vestir, proteger e decorar as imagens de crianças com as ideologias patrióticas. Nesse sentido, nosso olhar foi depositado sobre o trabalho feminino de produção e distribuição de roupas para bebês (meninos e meninas), desenvolvido pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), durante os anos da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Com suporte nos documentos escritos e imagéticos – boletins, livros de memória institucional e da imprensa direcionada ao público feminino, em específico, o *Jornal das Moças* – indicamos como os sentidos de proteção das roupas foram mobilizados pelas políticas públicas assistenciais para decorar o patriotismo com as roupas feitas por mulheres para as crianças diretamente afetadas pelo conflito mundial.

Palavras-chave: Roupas; Infância; Gênero.

Abstract: The policies of motherhood and childhood policies are examined in this text through the approach of the clothes made by women to wear, protective and decorative images of children with patriotic ideologies. In this sense, our gaze was deposited on the female labor production and distribution of clothing for babies (boys and girls), developed by the Brazilian Legion of Assistance (LBA), during the years of Brazil's participation in World War II. With support in written and pictorial documents - newsletters, institutional memory books and the journal directed at women, in particularly, the *Journal of Young Women* – sending as protection senses the clothes they were mobilized by assistance policies to decorate patriotism with clothing made by women for children directly affected by the global conflict.

Keywords: Clothes; Childhood; Genre.

* Recebido em 16/05/2011 e aprovado para publicação em 06/06/2017.

** Professora do Programa de Pós-Graduação em História (PPH) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: ivanaguisimili@gmail.com.

Introdução

Nas relações entre as mães e os filhos/as, os “usos e os costumes do vestir” (CALANCA, 2008, p. 27) são práticas significantes para as roupas e a moda infantil, as quais desempenham várias funções na vida social, cultural, pedagógica e política. Nos atos e ritos do vestir, os laços entre as mães e as crianças são estreitados. Como veículos de comunicação simbólica, as vestimentas formatam as subjetividades infantis para sentir o mundo das cores, dos cheiros e para sintonizá-las com o mundo. Elas têm, ainda, a finalidade de modelar os corpos com as disciplinas dos cuidados higiênicos orientadas pelos valores de saúde, beleza e elegância, articulados com os conceitos de gênero.

“As sensibilidades são uma forma de ser no mundo e de estar no mundo, indo da percepção individual à sensibilidade partilhada” (PESAVENTO, 2005, p. 2). Assim pensadas, as práticas de cuidar e de vestir crianças permitem captar as sensibilidades na história. Nesse contexto, elas possibilitam pensar e conhecer como os sentimentos, as sensações, bem como as emoções compartilhadas entre as mães e as crianças, foram instrumentalizadas pelas políticas da maternidade e da infância.

É nesse sentido que o texto caminha: entender os aproveitamentos e as apropriações do vestir crianças por meio das ideologias patrióticas como veículo de comunicação simbólica de proteção materna e infantil, durante os anos da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942-1945).

Nesse período, a mobilização da população desenvolvida pelo governo Vargas foi conduzida por intermédio de várias estratégias ideológicas que visavam modificar os padrões de comportamentos de homens, mulheres e crianças. Os ideais patrióticos de povo unido diante do inimigo comum; a união de esforços para a vitória da nação; as contribuições necessárias de homens e mulheres ao país; bem como os serviços que podiam prestar para ajudá-lo a enfrentar o conflito mundial (CYTRYNOWICZ, 2000), foram construções ideológicas que incorporaram o vestir crianças nas políticas públicas assistenciais, estendendo as funções maternas do lar para a vida pública.

A mobilização masculina desenvolvida pelo governo Vargas para formar o front composto por homens dispostos a lutar pela pátria foi fator preponderante para que as dificuldades relativas à sobrevivência dos familiares incluíssem o vestir crianças nas políticas assistenciais criadas para o “amparo e proteção aos soldados”.

Como pensa Barnard (2003), as indumentárias e a moda não são neutras, mas ideológicas, na medida em que as crenças, os valores e as ideias dominantes são comunicados por meio de práticas, artefatos e instituições. A criação da Legião Brasileira de Assistência, por Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, em agosto de 1942, após a entrada do país no conflito mundial, é elemento expressivo da incorporação da moda nas práticas de amparo à infância. “Amparar os soldados e seus familiares” e “apoiar as forças armadas” foram objetivos que nortearam o trabalho voluntário feminino de mulheres dos segmentos da elite e das camadas médias da população carioca. No local em que a sede da instituição funcionava, no centro da capital da República, o Rio de Janeiro, elas produziam artefatos para o vestir que difundiam noções de “proteção”.

Pelas mãos das mulheres da Legião Brasileira, a “proteção”, veste a ideologia do patriotismo de guerra e as roupas são os vetores das políticas públicas para a maternidade e a infância. Para Flügel (1966), entre os significados das vestimentas estão o de proteger e o de decorar os corpos em várias situações objetivas e subjetivas. Proteção da natureza, tais como o frio e o calor; proteção nas relações e práticas sociais que marcam os vínculos das pessoas com o mundo e os perigos físicos ou psicológicos, portanto, os medos e os receios, reais e imaginários que pontuam as atuações das pessoas nas diversas situações da vida cotidiana, do trabalho, das atividades físicas e esportivas. Decoração que promove a distinção das aparências e servem para realçar, provocar admirações, encantamentos nas redes de convivências dos grupos sociais e culturais. Entremeando e significando os sentidos de proteção e de decoração, o de pudor, conceito que se refere aos sentidos morais que permeiam o vestir as sexualidades e, por conseguinte, as relações entre os gêneros.

Na Guerra, o sentido de proteger articula-se com o de decorar e de mobilizar. A proteção, concebida desse modo, estrutura a bandeira

ideológica e mobilizadora difundida por meio de várias estratégias político-militares – proteção do país, dos bens da nação, das famílias dos soldados, das crianças e mães que tinham de sobreviver sozinhas e cuidar dos filhos/as da nação-. Nesse terreno fértil para a significação e ressignificação dos sentidos de proteção, as roupas e a moda infantil são inseridas nas políticas públicas assistenciais, por meio do trabalho voluntário das mulheres da elite que decoram a ideologia patriótica com os fazeres de vestuários que vestem as crianças, cujos pais participam do conflito mundial.

São essas construções de significados para a proteção infantil por meio de roupas que vestiam os corpos, decoravam as sensibilidades e educavam os sentidos que procuramos deslindar nos documentos institucionais e da imprensa. Construções ideológicas em torno da proteção que permitem acompanhar os processos de concepções, de produções e de exposições dos vestuários como fazeres (VACCARI, 2008) caracterizadores do feminino assistencial. Com esse olhar sobre as roupas, no primeiro rol de documentos temos os boletins da LBA e os trabalhos memorialísticos que, como veículos de comunicação institucional das ações de produção e distribuição de roupas, continham pistas dos segmentos infantis e das concepções de crianças que permeavam as atividades femininas.

No segundo, a imprensa direcionada ao público feminino, em específico, o *Jornal das Moças* (1914-1965), periódico dirigido ao público da elite que, como tal, era considerado disseminador das concepções hegemônicas sobre vestir, fato evidente em suas interlocuções com as políticas da maternidade e da infância. Nesse contexto, os discursos médicos sobre saúde permitiam associar e justapor as informações quantitativas de forma a caracterizar como o sentido de proteção à infância era construído por meio das indumentárias.

Como princípio teórico e metodológico, concebemos os materiais escritos e visuais na condição de produtores e veiculadores de imagens para as roupas infantis que comunicavam sentidos “carregados de valores simbólicos” (SCHIMITT, 2007, p. 11) de proteção. Assim, eles cumpriram, nos anos de guerra, a função político-ideológica de representar as crianças e as maternidades em sua relação com as fronteiras de classe e gênero que estabeleciam condutas e mobilizavam sentimentos, os quais teciam e

significavam as roupas como “protetoras” de meninos e meninas como decorações do patriotismo.

Cuidar é vestir: moda e políticas da infância e da maternidade

A construção do modelo de atuação feminina na história do vestir como mãe cuidadora das aparências dos/as filhos/as que, nos anos do conflito mundial, é incorporado pelas políticas públicas para a infância e a maternidade, pode ser interpretada como uma das apropriações e significações da moda, por parte dos governos, dos corpos, das aparências, das sensibilidades e das condutas.

Na história da moda e do vestir, como interpretada por Lipovestky (1989, p. 66), a distinção entre as roupas para homens e para mulheres no final do século XIX constituiu-se ato inaugural para a estruturação e disseminação da moda. Este fato transformou as vestimentas em recurso estético-visual para definir papéis sociais e desempenhos como masculinos e femininos; para traçar padrões estilísticos que norteariam as relações dos gêneros na história das feminilidades e das masculinidades; para disseminar regras de conduta estabelecidas entre as pessoas e o mundo que as circunda; para consolidar suas apropriações pelos governos e estimular suas conversões em objeto de distinção política e com fins políticos nas definições de classe, de nacionalidade e das identidades patrióticas.

Entre essas apropriações estiveram os usos da moda pelos sistemas políticos. Como abordado por Pelka (2011), na Europa ocidental, no período pós-Guerra, especificamente na Espanha e na Itália, as roupas e a moda sofreram vários processos de significação política em seus elos com as nacionalidades. Elas foram mobilizadas para atuar nas operacionalizações de sentido capazes de romper com as influências estrangeiras e como estratégia de reforço do mercado interno de produção e consumo de representações do que era ser e vestir, na condição de símbolos de pertencimento nacionais e patrióticos.

A estas apropriações somam-se as mobilizações das roupas, da etiqueta e da estética, aspectos fundamentais da moda como sistema

indumentário de regulação do vestir (LIPOVETSKY,1989) e dispositivo disciplinar (FOUCAULT, 1995) dos corpos e das aparências pelos sistemas políticos para as formações das identidades de gênero.

“As identidades sociais e culturais são políticas”, por conseguinte, as “formas como elas se representam ou são representadas, os significados que atribuem às suas experiências e práticas são, sempre, atravessados e marcados por relações poder” (LOURO, 2000). Essas relações de poder estão inscritas no século XIV e nos seguintes, até o XXI, com as marcações simbólicas possibilitadas pelas roupas para diferenciar os homens e as mulheres; para significar espaços, atuações, performances e papéis sociais, culturais e políticos, como femininos e masculinos; para determinar desempenhos, formas de sensibilidades e subjetividades.

Nesse ponto, é importante lembrar que, na leitura de Lipovestky (1989), foi no século XIV que a “sexualização e a sensualização” dos corpos como masculinos e femininos marcou a emergência de linhas de vestuários que destacavam algumas partes do corpo em detrimento de outras. No caso dos homens, evidenciavam-se o tórax e as pernas; no das mulheres, as “ancas”, além de deixar aparecer nos decotes “os ombros e o colo”. Essas estéticas foram modificadas nos relacionamentos entre os gêneros, nos contatos e nas formas de conceber a beleza de ver e sentir o outro.

Entre os séculos XVII e XIX, a noção de infância e de maternidade é incorporada pela moda e pela política. No século XVII, a ideia de que a infância configurava uma etapa da vida distinta da vida adulta e de que as crianças necessitavam de tratamentos diferenciados nos aspectos físicos, emocionais, médicos, pedagógicos, inclusive em suas vestimentas, foi desenhando um campo de conhecimentos e modos de vestir os meninos e as meninas que fundamentou a noção de moda infantil junto com os papéis da família, da mulher e da educação.

Na descrição dos estilos indumentários do século XVIII para meninos e meninas, é possível identificarmos os tráfegos dos simbolismos da moda adulta para a moda infantil com o intuito de tecer imagens de feminino e de masculino e, por extensão, de feminilidade e masculinidade. “As batas de musselina para meninas, simples, decotadas e confortáveis

[...] e, para os meninos, [...] o uso de uma jaqueta mais curta, camisa com colarinho mais confortável e calças” (LURIE, 1997, p. 52-53) conformam aparências que vestem corpos com tecidos e cortes que caracterizam a feminilidade e a masculinidade, inculcando modos de vestir e condutas prescritas para a formação de homens e mulheres.

Os tecidos de musselina das batas, os quais vestiam o corpo com leveza e conforto, expressavam uma maneira de caracterizar a menina na infância com graciosidade e beleza, adjetivos que definiam a mulher e o seu papel na vida social: serem belas, boas esposas e mães. Para os meninos, a jaqueta, camisa e calças representavam e o comunicavam como ser masculino, com os teores de liberdade para o que deles se esperava no futuro: que se incumbissem dos negócios da vida pública, do trabalho, do mundo da ação e domínio do público.

A associação entre roupas e papéis sociais de gênero é plausível quando consideramos que, no mesmo período, no século XVIII, Rousseau (1973) filosofava sobre a importância das vestimentas na educação dos gêneros. Ele defendia que as indumentárias das crianças deveriam contribuir para o desenvolvimento físico e emocional, tendo em mira a vida social e política. No caso dos meninos, as roupas e as atividades físicas e intelectuais deveriam prepará-los para ocupar os postos de poder e prestígio dos negócios do mundo público e/ou da vida pública; já no que diz respeito às meninas, as roupas deveriam visar ao casamento, ao mundo privado e doméstico da família, aos cuidados dos filhos e do marido.

Nesse aspecto, é importante lembrarmos que, entre os séculos XIX e XX, os investimentos na leitura e no conhecimento de moda por parte das mulheres foram multiplicados. Discursos e práticas educativas nas escolas, nas orientações dos médicos puericulturistas e na imprensa contribuíram para difundir as representações referentes ao valor e à importância das roupas na vida social, bem como acerca do poder e dos benefícios que a elegância poderia proporcionar às mulheres e às crianças.

Na educação direcionada às mulheres, assuntos relativos ao vestuário e ao vestir fizeram parte dos conteúdos pedagógicos. É dessa maneira que entendemos os projetos pedagógicos dos séculos XIX e XX. As concepções biologizantes de corpo e sentimentos das mulheres como adequados ao

casamento, à procriação e aos cuidados do espaço doméstico e seus bens – pessoas e objetos do lar – refletiram-se nos conhecimentos da educação e nos comportamentos femininos de consumo de moda, educando a mulher para a aquisição e uso dos artefatos no lar e sob o corpo.

Para preparar as mulheres para serem boas esposas e mães, a educação voltada para os segmentos femininos no final do século XIX e início do XX definia que a formação deveria conter conhecimentos de puericultura, economia doméstica, regras de etiqueta e civilidade. No plano ideológico, esses conhecimentos eram defendidos como necessários e relevantes para o papel social de esposa e mãe, notadamente para que pudessem formar os cidadãos da nação (LOURO, 2006).

Em entendimento, a formação dos cidadãos passava pela aparência de saúde, beleza e elegância; portanto, pela estética que pediam os cuidados maternos. A modernização da nação e das condutas das mães nos espaços domésticos e nos cuidados com as crianças foram elementos integrantes dos projetos pedagógicos que contribuíram para alavancar a moda. Desse modo, ela foi dotada com o poder de contribuir com o projeto moderno e civilizador (ELIAS, 2005) das aparências, mediante a formação de novas subjetividades e sensibilidades que favoreciam o consumo de moda como vetor de ensinamentos sobre vestuários e comportamentos, com regras sobre modos de se conduzir na vida social.

Desde o final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, a educação feminina formal e informal – proporcionada pela escola e pelo consumo de informações por meio dos manuais de civilidade, das cartilhas dos puericulturistas e da imprensa – incorpora as roupas como elementos fundantes para os desempenhos dos papéis da esposa e da mãe.

Nos anos 1930 e 1940, entre as ações governamentais estiveram o projeto pedagógico equivalente ao ensino médio e secundário, implantado em 1937, em pleno Estado Novo, por Gustavo Capanema. A “economia doméstica”, as aulas de higiene, de alimentos, de vestuário, da habitação e de culinária, direcionadas para o preparo de alimentos, ornamentação e regras de etiqueta, compunham a grade curricular da educação das jovens de 12 a 18 anos (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 126).

Os aprendizados de etiqueta e elegância contavam com o apoio didático dos manuais de civilidade que, incorporados aos espaços escolares, incutiam as noções de bem-vestir e de bons comportamentos na vida social. Entre as prescrições orientadoras estavam os cuidados com os gestos, com os vestuários e com a linguagem adequada a uma criança ou jovem bem-educada (CECHIM; CUNHA, 2007).

No âmbito da medicina, em particular da puericultura, a crença de que o amor não era suficiente para uma boa formação e educação dos/as filhos/as contribuía com o princípio educativo dos projetos pedagógicos e de ensino para os segmentos femininos. Entre os anos 1938-1963, os manuais de puericultura de Carlos Prado, Martinho da Rocha e Rinaldo de Lamare disseminavam esse ideal (MARTINS, 2008). Rocha, por exemplo, retratava os cuidados maternos envolvendo a disciplina dos bebês e das mães, “pois tudo que se relacionava à criança, da amamentação à confecção de roupinhas, devia ser controlado e executado por ela”, o que exigia, nas palavras do autor, “paciência, disciplina, perseverança e altruísmo” (MARTINS, 2008, p. 140).

Esses discursos encontravam nas revistas direcionadas ao público feminino os meios de difusão das disciplinas que deveriam orientar as mães nos cuidados estéticos e estilísticos de seus filhos/as. Entre os periódicos de grande circulação no início do século XX, na cidade do Rio de Janeiro, a capital da República, o *Jornal das Moças* detinha o poder de transmitir conhecimentos relacionados à moda infantil. Noções sobre como vestir, como fazer, o que comprar para reproduzir as peças indumentárias oferecidas como propostas de trajes que envolviam os trabalhos manuais – costura, tricô e crochê – distribuíam-se por entre as páginas nos formatos de imagens – ilustrações e fotografias – e permitiam às mulheres a visualização do resultado final das operações do que era ensinado sobre os trajes.

Em uma das seções, intitulada o “Evangelho das mães”, o sentido de “evangelizar as mulheres” para a moda é nítido. Orientações sobre higiene, saúde e roupas conectavam as mulheres e mães ao universo das representações pedagógicas e à cultura da moda infantil como um dos sistemas de regulação e de pressões sociais, constringendo as pessoas aos deveres de “adoção e assimilação” (LIPOVESTSKY, 1989, p. 39).

Nas orientações para as mães, as ações governamentais de proteção à infância podem ser conhecidas. Nas imagens de crianças elegantes que circulavam na imprensa encontra-se a ideologia de proteção à infância que ganhava forma e conteúdo para sensibilizar e educar as mães da nação.

A esse respeito, importa destacar que as políticas para a infância, entre os anos 1930-1940, eram norteadas por três encaminhamentos: o pedagógico, o sanitário e a propaganda. No plano pedagógico, as políticas do ensino para a escolarização infantil faziam parte do projeto de preparação da juventude nos aspectos físicos e morais; no sanitário, as ações disciplinadoras da mãe e das crianças eram ancoradas em valores cívicos e patrióticos. A puericultura social infiltrada nas famílias se transformava em ideologia para fazer circular sentimentos e valores de solidariedade nacional.

A criação do Departamento Nacional da Criança (DCNr) nos anos 1940 e, pouco antes, em 1939, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), são eventos sintomáticos dos mecanismos políticos engendrados nos encaminhamentos dos assuntos relativos às crianças e às famílias e aos meios de difusão pela sociedade e cultura, de forma a modificar as concepções e as ações maternas na educação infantil (PARADA, 2011).

De maneira específica, o surgimento de postos de puericultura, das escolas maternas, do jardim de infância, do parque infantil, da escola primária e da casa da criança são exemplos dos mecanismos educativos engendrados no período (PEREIRA, 1999). Essas ações, em nome da proteção à infância, modelizavam padrões de beleza e elegância representativas de crianças da nação e encontraram na imprensa e nas confecções de roupas pelas mulheres na LBA os mecanismos para as suas difusões.

A partir de 1942, coube à Legião Brasileira de Assistência, como instituição pública de coordenação do trabalho feminino nos anos de Guerra, vestir as crianças. Esse ato foi concebido como ação patriótica de proteção à infância, redimensionando e fortalecendo os papéis dos vestuários nas ideologias patrióticas modelizadas pelos conflitos mundiais.

Mobilização dos sentimentos de maternidade e infância

Enquanto o governo convocava e preparava os homens para se tornarem soldados da Pátria, ensinando-os e estimulando-os a usarem a força, a coragem e a virilidade, atributos tidos como “naturais” ao universo masculino e que definiam a masculinidade, de modo que essas características fossem alocadas a serviço da Pátria para defendê-la no front de guerra, paralelamente, as noções de que as mulheres pensam e agem pelo “coração”, de que os sentimentos falam e calam alto e forte na alma feminina, eram explorados pela imprensa para sensibilizar e definir suas atuações como esposas, mães, irmãs e filhas.

De um lado, temos mulheres das camadas pobres e médias diretamente afetadas pelo conflito mundial e que, como esposas, mães, filhas e irmãs, lidam com a realidade concreta das mobilizações dos segmentos masculinos para o front, pois a partida dos maridos, pais, esposos e filhos altera a estrutura e a vida familiar. De outro lado, encontramos as mulheres da elite e também das camadas médias que, mobilizadas pela Legião Brasileira de Assistência, são estimuladas a contribuir com as causas daquelas que pertenciam ao primeiro grupo. No centro, localizam-se as crianças e as mães como objetos das políticas assistenciais de Getúlio Vargas.

“Trabalhe pela vitória do Brasil” foi o lema criado pela Legião Brasileira de Assistência para sensibilizar as mulheres e estimulá-las a participar do projeto assistencial. Na imprensa, elas liam que:

Ter sentimento de patriotismo sobre ser completo traz ainda a aureola do amor construtivo; a manifestação sublime da bondade personificada em mulher; a doçura que conforta; o aconchego morno que exalta os sentidos; o impulso materno em toda a sua plenitude significativa e criadora (JORNAL DAS MOÇAS, 1943, p. 5).

O amor construtivo, a doação que conforta e o aconchego morno que exalta dos sentidos forneciam as substâncias que transformavam

os atos de produção e de distribuição de roupas em comunicação simbólica da proteção entre as mulheres; entre produtoras e receptoras dos bens produzidos pela instituição. Nesse aspecto, importa destacar que a assistência social aos soldados indica que o principal alvo eram os “pracinhas”, homens mobilizados pelo governo Vargas para completar os quadros das Forças Armadas os quais, na maioria dos casos, eram analfabetos e pobres (CYTRYNOWICZ, 2000).

Por meio de várias estratégias institucionais, o projeto de proteção assistencial e patriótico é concretizado por intermédio das roupas. Dois deles, em particular, dizem respeito aos processos de significação envolvidos no projeto: os trabalhos desenvolvidos pelas madrinhas dos combatentes e pelas costureiras da LBA.

No cartaz-propaganda das madrinhas dos combatentes, criado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), verifica-se, no primeiro plano da imagem, um soldado lendo uma carta. Ao fundo, encontramos duas figuras femininas, uma delas, central, abraçada a uma mulher que tem, abaixo de si, duas crianças, com a seguinte frase: “alguém protege teu lar” (Boletim da LBA, fevereiro de 1945). Os posicionamentos, os gestos e os olhares presentes nas imagens instituem “modos de ver” as senhoras da instituição, as mães e as crianças: estamos aqui para protegê-la!

A proteção aos soldados e às famílias encontrava nas cartas trocadas entre soldados e as madrinhas, bem como nas roupas produzidas por elas ou pelas costureiras da instituição, os mecanismos de difusão de moda. No Brasil e na Europa, um fenômeno comum foi a criação dessas personagens. François Baudot (2002, p. 106), ao analisar a realidade francesa, escreveu: “Estação 1939-1940. Nos bastidores, a ‘absurda guerra’ não impede as atividades da alta costura de perpetuar-se, mesmo que, entre as clientes, muitas sejam madrinhas de guerra (mulheres empenhadas em animar os combatentes, com cartas e presentes)”.

Se considerarmos as notícias que circularam nos boletins, é possível dizer que a mobilização feminina para a formação de quadros de “madrinhas dos combatentes” incluía as crianças. No boletim criado pela LBA para comunicar os atos e feitos institucionais para os soldados e viabilizar os contatos entre as mulheres, eles e suas famílias, encontramos

a história de uma garota chamada Cloris. Aos 10 anos de idade, de tanto ouvir “falar de vocês expedicionários”, ela resolveu contribuir com a causa e tornou-se madrinha. Ao final, a matéria perguntava: “quem será o afilhado de Cloris?”

Na mesma edição, um soldado recebia o seguinte comunicado: “telefonamos para a sua esposa, que está passando bem. Vamos providenciar relativamente a chegada do ‘expedicionariozinho’”. Em outra, a imagem da jovem mãe com um bebê no colo, com o título “Mensagem especial” narrava que:

O 1º. Tenente coronel Geraldo Sebastião Pereira Bezerra seguiu para a Guerra. Deixou no Brasil tudo o que ele preza mais na vida. Inclusive Luiz Fernando, esse belo garoto que o pai não conhece e que se deixou fotografar nos braços de sua mãe, aos três meses de idade. Estão passando bem e enviam, de Santiago, R G do Sul, por nosso intermédio, ao esposo e pai, saudades e lembranças.

É possível imaginar o que os homens, como maridos e pais, sentiam ao se deparar com essas imagens, as quais, sem dúvida, faziam recordar, abrandando ou aprofundando as dores causadas pelas separações, pelos impedimentos provocados pelo conflito mundial de acompanharem o nascimento e o crescimento dos/as filhos/as.

De qualquer modo, as fotografias e os textos, como produções visuais institucionais e, portanto, ideológicas, diziam muito acerca das famílias sem os homens, dos tratamentos dispensados às mulheres e às crianças pela instituição, como chamar de “expedicionariozinhos” os filhos daqueles que estavam no front. Uma fotografia (Figura 1), em particular, condensa vários aspectos dessas construções simbólicas. Observemos:

Figura 1 -



Fonte: Boletim da LBA, 31 mar. 1945, p. 2.

“Um beijo para o valente papai que ajudava a liquidar os inimigos das crianças”. Como fotografia posada, a aparência das mães e das crianças é significativa das intervenções institucionais, ou seja, de como as roupas eram consideradas itens de proteção assistencial e dos sentidos fabricados do que era vestir os/as filhos dos soldados. Nos laços de fita nos cabelos das meninas, observamos os símbolos da preparação estética que antecedeu os registros fotográficos, a melhor roupa, escolheu-se o melhor posicionamento para mostrar que as pessoas retratadas estavam bem cuidadas, eram bem assistidas.

Todavia, o confronto dessas informações com aquelas que circularam nos boletins da LBA chama a atenção e levantam algumas questões. Os balanços com os produtos dos trabalhos das costureiras nas salas de costura criadas em vários pontos da cidade do Rio de Janeiro (nas lojas Singer, na sede da LBA; na Associação de Caridade São Marcelo; no Lar Proletário; no centro do Hospital Evangélico e no Clube Caiçara (SIMILI, 2008)) sugerem que as roupas para bebês foram a tônica juntamente com roupas para meninos.

Nos balanços para os anos 1943 e 1944, eram detalhados,

2274 aventais; 761 blusas, 718 babadores; 1278 calças para meninos e meninas; 4.042 camisas de pagão; 501 camisas de parturiente; 889 capuzes de lã; 3831 casaquinhos para bebê; 130 cobertores para bebês; 1535 lençóis para bebês; 4703 pijamas para crianças e homens; 2228 roupas para meninos; 1191 sapatinhos para bebês; 1146 suéteres para crianças e para homens; 10.099 vestidos para doentes, parturientes, para batizado de bebê, de chita, de crochê, de flanela e de tricot, além de outras peças em menor quantidade (Boletim LBA, balanço 1943-1944).

No segundo balanço, de 1945, no final do documento é registrado: “babadores e fraldas para bebê, num total de 178 unidades”. As informações sobre peças para crianças são esparsas. A explicação para tais números relaciona-se à guinada produtiva no ano de 1944, quando partem os pelotões de homens das forças armadas para o front de guerra e, acompanhando as necessidades médico-hospitalares decorrentes dos combates, a produção feminina modifica-se. As costureiras e as madrinhas dos combatentes passam a atuar na produção e distribuição de bandagens, gaze, roupas para médicos e doentes (SIMILI, 2008).

“Qualquer objeto, mesmo o mais comum, contém engenhosidade, escolhas, uma cultura” (ROCHE, 2000). Logo, a descrição das peças fornece pistas da cultura que permeava o vestir bebês e crianças, com as definições de uso compartilhado por diversas instâncias e esferas sociais, médicas e políticas e que, nos anos de guerra, encontraram nos trabalhos femininos um dos mecanismos de significação das roupas como símbolo de proteção.

Vestindo bebês

A construção da noção de infância relaciona-se à fabricação da moda infantil, contexto em que diversos discursos e práticas fundamentaram um campo de conhecimentos norteados por ideais de necessidades, nos quais

se revelam os modos de conceber os corpos e os cuidados, entre os quais, de roupas (BUCKINGHAM, 2006). Portanto, a menção aos babadores, às camisas de pagão, aos casaquinhos, aos cobertores, aos lençóis, aos sapatinhos, aos vestidos para batizados são as noções de bebês e suas necessidades que se revelam nos itens indumentários. Neles, entremeiam-se os conceitos da medicina puericulturista, da igreja e da moda. Nas roupas, comunicam-se fases e cuidados que se estendem do nascimento ao batizado – dentição, saúde, higiene; do pagão ao batismo, contexto em que os “vestidos” são considerados símbolo da incorporação dos valores religiosos na vida da criança.

As necessidades infantis movimentam o mercado de produção e de consumo de moda pelas mães por meio de estratégias diversificadas. Às noções de etapas e roupas, somam-se aquelas direcionadas às sensibilidades maternas de aprender a sentir as necessidades do bebê. Prestar atenção na pele como aprendizado de moda se constituiu, no período, em mecanismos para a difusão de práticas de cuidar e vestir. Nas propagandas de produtos para os cuidados dos corpos dos bebês da Johnson & Johnson, empresa norte-americana especializada em produtos de higiene, instalada no Brasil em 1933, os objetos servem para estimular o sentir e perceber a pele pelo toque. O talco,

[...] refresca e alivia nos dias de calor – e é feito especialmente para proteger a pele delicada e fina dos bebês! Nestes dias de canícula é preciso ter mais cuidado ainda com a pele fininha do bebê gorduchinho para evitar assaduras, irritações, brotoejas. Alivie o ardume e refresque o seu bebê com aplicações do finíssimo talco Johson para creanças [...]. E note ainda, talco Johson é feito especialmente para creanças como o são também, estes dois outros produtos finíssimos: sabonete e óleo Johson para creanças (JORNAL DAS MOÇAS, 1942, p. 5).

A pele delicada e fininha do bebê gorduchinho compatibilizava as imagens de robustez propaladas pelas bandeiras ideológicas de beleza infantil do governo Vargas, o qual tinha nos “concursos e premiações” da

estética desenhada pelo poder um dos reforços simbólicos para a promoção da moda infantil (BRITES, 2000).

Na pele dos bebês, encontravam-se os termômetros sociais e culturais para a expansão de tipos e estilos indumentários consoante ao clima e às percepções do proteger do frio e do calor. Os estilos indumentários confeccionados para os bebês pelo programa de moda da LBA, com acento nas roupas de proteção do frio (cobertores, casaquinhos, sapatinhos – de lãs e flanelas), tinham no tricô e crochê uma das formas de produção.

Fazer enxovais para bebês para doação às mães pobres é parte da história das mulheres da elite no tratamento das questões sociais relativas à maternidade e à infância. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, diversas entidades organizadas e administradas por mulheres colocaram entre suas incumbências a produção para doação. A Cruzada Pró-Infância, em São Paulo, organizada por Pérola Byngton, é expressiva dessas práticas associativas orientadas pelo maternalismo. Observamos, nesse contexto, a concepção de que, como mulheres, elas deviam criar mecanismos de apoio às grávidas e aos bebês, nesse sentido, as roupas eram um dos meios de auxílio e proteção (MOTTI, 2001).

A diferença entre as associações beneméritas e a Legião Brasileira de Assistência é que o maternalismo se transforma em política pública que serve aos princípios intervencionistas da política de Vargas na sociedade e na cultura, os quais redimensionam o mercado da moda por meio de vários estímulos ao consumo.

Em 1942 é criada a “Coordenação da Mobilização econômica” e a indústria têxtil é declarada como de interesse nacional e militar. Em 1943, o governo e as indústrias estabelecem o Convênio Têxtil, fixando que 10% da produção das fábricas têxteis e algodoeiras seriam controladas para vender “tecidos populares para o povo”. Em agosto do mesmo ano, começaram a ser produzidos os “tecidos populares” e, em novembro, os “artefatos populares”, colchas, toalhas e cobertores. Na cadência produtiva imposta pelo governo, os direitos trabalhistas dos trabalhadores, definidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas, foram suspensos (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 201).

Como observado por Loureiro (2006), embora as empresas laníferas vivenciassem restrições na aquisição de máquinas, o crescimento do setor em São Paulo foi considerável. Os relatórios do Lanifício Anglo-Brasileiro destacavam as “produções recordes” entre os anos 1943 e 1945, decorrentes do consumo interno e das exportações. A S. A Moinho Santista também comemorava o aumento da procura de seus produtos em nível nacional e internacional. As mesmas avaliações positivas eram feitas por outras empresas, tais como o Lanifício Lapa e o Lanifício Argos S.A.

Os estímulos ao consumo de lã são notórios no *Jornal das Moças*. No ano de 1943, em pleno verão carioca, uma gama variada de sugestões de vestuários para o frio destinada a bebês e crianças é difundida no *Jornal*. Em março de 1943, as mães eram estimuladas a executar um “jogo de tricot para bebê de 1 ano”, formado por meias, polainas e sapatinhos (*JORNAL DAS MOÇAS*, 1943, p.18). Em janeiro, o “vestido que convinha a uma menina de 6 anos era definido como material 250 gramas de lã” (*JORNAL DAS MOÇAS*, 1943, p. 51).

O consumo também firmava estilos e tendências de roupas consoantes às idades e aos gêneros. Eram consideradas crianças os meninos e as meninas entre 10 e 12 anos; a partir dessas idades, entre 12 e 14 eram considerados “rapazinhos”, “senhorinhas e juvenzinhas”. O “Pull-over de mangas ballon” era indicado para “juvenzinha de 12 a 14 anos” e o “Pull-over” para “rapazinho de 12 a 14 anos” marcava as diferenças etárias e de gênero que podiam ser observados nos designs, cores e texturas, ingredientes simbólicos para marcar visualmente o masculino e o feminino. A idade das crianças, os tamanhos e cores das peças fortaleciam a ampliação do mercado de produção e a comercialização de matérias primas – lãs, linhas, agulhas, botões etc.

Assim, por meio de processos ideológicos múltiplos, os sentidos de proteção à maternidade e à infância nas mãos da política assistencial para as famílias dos soldados nos anos de guerra constituíram-se em fatores para a expansão do consumo de matérias-primas de lãs e tecidos.

Meninos e meninas e os sentidos da proteção nas indumentárias

Se as roupas confeccionadas e distribuídas pela Legião Brasileira de Assistência se constituíam em estratégia às políticas de consumo simbólico de proteção como meio de fazer avançar o mercado de produção e o comércio de lãs e tecidos, o que os itens indumentários para meninos e meninas dizem a respeito da moda infantil praticada pela instituição?

O que chama atenção nos balanços é uma padronização das indumentárias para meninos e meninas. Isso pode ser observado na confecção de calças para ambos os gêneros, embora o forte acento estivesse na confecção de roupas para meninos, na forma de pijamas para crianças e homens, na existência de itens não especificados, mas a ele destinados e, quando indicados, com destaques da espécie: suéteres para crianças e para homens.

Nas roupas para meninos e meninas, verifica-se a produção em série para vestir crianças pobres, os/as filhos/as dos soldados/as. As diferenças entre os meninos e as meninas vestidos/as pela instituição e aqueles dos segmentos médios e da elite estão nas imagens que mostram as atuações deles/as nas campanhas de doações comandadas pela LBA (Figura 2 e 3).

Figura 2 -



Fonte: Matos (1945, p. 79).

Figura 3 -



Fonte: Matos (1945, p. 79).

De um lado, observamos meninos e meninas com roupas simples e olhares distantes; de outro, garotos alegres e festivos, vestidos com uniformes escolares que, no clima da mobilização, situavam as crianças ricas: as meninas como madrinhas dos combatentes e os garotos em ação nas campanhas, situação que expunha as contribuições infantis para o país, com o propósito de ajudar na vitória da nação.

A segunda imagem, em particular, refere-se ao engajamento dos escolares na campanha da borracha usada, um dos programas desenvolvidos pela instituição para ajudar o governo a suprir as carências de matérias-primas necessárias à produção bélica. Coletar e doar artefatos de borracha (pneus, tapetes e outros objetos), transformam-se em ações patrióticas de apoio ao governo (SIMILI, 2008). A fotografia do garoto é uma narrativa para essa ação. Ao segurar em um dos braços o que se assemelha a um pneu de bicicleta e, no outro, algo que sugere ser um tapete enrolado, o menino mostra-se respondendo aos apelos governamentais, os quais conclamavam pela contribuição dos segmentos infantis nas campanhas assistenciais, criadas em nome das causas do conflito mundial.

As roupas das crianças dos combatentes e dos filhos dos homens da nação (entenda-se daqueles que não estavam diretamente envolvidos com o conflito mundial) distinguem e aproximam esses universos infantis, definindo as modas infantis com determinados padrões de comportamentos, os quais são vestidos pelas roupas: as doações e os sacrifícios daqueles/as pertencentes aos segmentos pobres e o altruísmo das pessoas da elite.

Se a “união de esforços” comandava a ideologia varguista na mobilização dos homens e das mulheres em nome da Pátria, a moda infantil, como prática significante de vestir e de significar as atuações de meninos e meninas, participa das construções simbólicas e é explorada pelas políticas assistenciais, vestindo os sentimentos altruísticos e os de proteção à nação e aos desamparados.

As vestimentas, nas mãos do poder e da política, fornecem as bases visuais para várias apropriações “padronizantes” das estéticas e dos comportamentos. Homens e mulheres, adultos, jovens e crianças passam a ter suas atuações significadas ou mediatizadas por roupas para definir posições e performances.

A padronização dos comportamentos, das atitudes esperadas de homens e mulheres em torno de ideias de sacrifício, de doação, de obediência, de amor à pátria e de proteção aos afetados pelo conflito mundial encontram nas roupas os mecanismos para a sua difusão. Nesse sentido, é importante lembrar que a mobilização dos homens e das mulheres foi conduzida por meio de diversos mecanismos ideológico-militares que significavam a virilidade e a masculinidade por meio dos uniformes, como uniformizadores de sentimentos, condutas, atitudes, valores considerados ideais aos gêneros.

Para os homens, predominava o sentimento de força, coragem, união de esforços, valentia, disposição para lutar até a morte ou dar a vida pela pátria, enfrentar o front, deixar a família e os filhos. Essas construções ideológicas encontram nos uniformes os veículos para comunicar os homens patrióticos. As representações dominantes fabricam, também, sentidos para as atuações femininas, os quais eram complementares aos homens nas funções bélicas, por meio de roupas que uniformizam condutas na vida pública voltadas para a assistência e proteção aos homens e às famílias que não podiam contar com sua presença.

O *tailleur*, conjunto formado por saia, blusa e casaco, é uma das principais referências presentes na vestimenta feminina, em uma nítida representação da apropriação e ressignificação dos uniformes dos soldados, com o propósito de comunicar a cooperação das mulheres. Em alguns uniformes usados pelas voluntárias da LBA é perceptível como os *tailleurs* e as roupas militares, usadas pelos homens, são redimensionados para configurar as “mulheres responsáveis por cuidar dos bens da nação – reais e simbólicos – entre os quais, as crianças” (SIMILI, 2012).

As influências europeias e norte-americanas na moda infantil contribuem para fortalecer o mercado de consumo de representações sobre guerra e soldados. O estilo *navy*, introduzido no final do século XVIII nas escolas europeias que treinavam os rapazes para a marinha, é fortalecido como tendência de moda infantil, em estreita correlação entre realidade e fantasia. Nos anos da Guerra, a cultura infantil proporcionada pelo cinema e a realidade vivenciada pelas crianças explicam o revigoramento da tendência e os sentidos fabricados para as masculinidades e as feminilidades, visto que o modelo masculino tinha sua correspondente feminina, por meio da substituição das calças pela saia. Isso não se refere somente ao corte, mas também às cores, tecidos, maneiras de produzir as peças, inclusive as artes decorativas dos pontos em tricô e crochê.

Nesse aspecto, não podemos esquecer as influências do cinema de animação como elemento cultural importante na formatação das subjetividades das crianças. A figura do marinheiro Popeye foi um dos símbolos de expressão da propaganda política norte-americana ao portar mensagens de teor ideológico e contribuir com os esforços de guerra. *Jolly Good Furlough* [Desfrute de uma boa licença militar], de 1943, e *We're on our way to Rio* [Nós estamos a caminho do Rio], de 1944, são emblemáticos de como personagens do universo infantil foram mobilizados para narrar histórias que transformavam a guerra em temática infantil, situando-as no contexto dos valores patrióticos que norteavam e aproximavam o Brasil dos Estados Unidos, por meio da política da boa vizinhança e da união de forças e de esforços dos países aliados no *front* italiano (RODRIGUEZ, 2014).

Na imprensa, no Evangelho das Mães, o diálogo entre mãe e filho é revelador do consumo simbólico de representações viris que circulavam

na sociedade e cultura da época, envolvendo as figuras dos marinheiros. Intitulado “gracinhas”, o texto continha a narrativa:

A mãe: Afinal, meu filho, queres mesmo ser oficial da Marinha?

O filho: Oh, sim, mamãe, e oficial de submarino.

A mãe: Mas porque de submarino?

O filho: Para mostrar que sou homem até debaixo d’água!

(JORNAL DAS MOÇAS, 1943, p. 15).

No contexto das representações proporcionadas pelo estilo marinho, as masculinidades infantis eram configuradas com maneiras de ser homem e defender a pátria. Ou de ser os homens iguais aos modelos reais vistos no cotidiano e aqueles simbólicos, vistos nos personagens de cinema e nas roupas dos marinheiros.

As estampas dos tecidos também se transformam em auxiliares dessas representações. Nas notas de moda, as mulheres liam que “As fazendas continuam a apresentar todas as cores em seus desenhos que se combinam: quadros, flores grandes e pequenas, motivos geométricos, palhaços, animaizinhos, peixes, elementos desportivos como bolas, globos, aeroplanos, raquetes etc.” (JORNAL DAS MOÇAS, 07.01.1943, p. 16). Ou ainda:

A moda trouxe para as crianças fazendas mais bonitas, de estampados mais brilhantes e firmes, impressos com mais variedades e riqueza de desenhos. Veremos muito modernos quadriláteros em vários tons e cores para os vestidos da manhã. Para a tarde, os estampados de florais são os mais indicados para vestidos em fazendas sempre em algodão. A seda não deve ser usada nesta idade ainda muito menos agora que nos casos de vestidos adultos estão usando. [...]. A novidade neste verão se orienta com os bordados feitos à mão e as tiras bordadas aplicadas (JORNAL DAS MOÇAS, 24.02.1944, p.52).

Na história das estampas, observamos os vínculos e as influências socioculturais e políticas. Aspectos relacionados à etnia, aos costumes,

às tradições e às subjetividades do público a que o tecido se destina, que pode aceitar ou rejeitar os desenhos e as cores, interferem na produção das estamparias, as quais se orientam por seis grandes famílias e/ou motivos de estampados: “florais, geométricos, históricos, irregulares, étnicos e artísticos” (CHATAIGNIER, 2006, p. 86).

Historicamente, as concepções de flores como emblemáticas da beleza, pureza e delicadeza feminina traduziram-se em estampas com desenhos e cores que as estetizavam. O mesmo vale para os meninos, os elementos desportivos como bolas, globos e aeroplanos são brinquedos que trazem os emblemas das ações e performances socioculturais almejadas em suas atuações.

As fazendas como produto estético-visuais durante os anos do conflito mundial se transformam em auxiliares na domesticação dos olhares e dos comportamentos. Nas estampas circulavam desenhos e símbolos de feminino e de masculino que reforçavam os princípios de beleza feminina como resignação, aceitação e doação e, para os homens, de coragem, valentia, força etc.

Portanto, podemos concluir que um conjunto amplo de estratégias político, visuais e pedagógicas foi colocado em prática nos anos do conflito mundial, definindo papéis e desempenhos de homens, mulheres e crianças em nome daqueles que necessitavam ser assistidos e protegidos. As influências pedagógicas e culturais alimentam as representações das mulheres da elite e das camadas pobres; das crianças ricas e das pobres, que se traduzem em gestos, comportamentos e roupas. Nesse contexto, as vestimentas tinham a finalidade de proteger as crianças dos medos dos desamparos, dos frios reais e imaginários que pontuavam as existências infantis sem as proteções paternas.

Referências

- BARNARD, Malcom. *Moda e comunicação*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- BAUDOT, François. *Moda do século*. Tradução de Maria Thereza de Rezende Costa. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

- BOLETINS da LBA, ano 1945.
- BRITES, Olga. Crianças de revista (1930-1950). *Educação e Pesquisa*, v. 26, n. 1, p. 161-176, 2000.
- BUCKINGHAM, David. *Crescer na era das mídias: após a morte da infância*. Tradução de Gilka Girardello e Isabel Orofino. Florianópolis: Loyola, 2006.
- CALANCA, Daniela. *História social da moda*. São Paulo: SENAC, 2008.
- CHATAIGNIER, Gilda. *Fio a fio*. Tecidos, moda e linguagem. São Paulo: Estação das Letras, 2006.
- CECHIN, Cristiane; CUNHA, Maria Teresa S. Tenha modos! Educação e sociabilidades em manuais de civilidade e etiqueta (1900-1960). X SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR. *Anais...* Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais10/Artigos_PDF/Cristiane_Cecchin.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2015.
- CRANE, Diana. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. Tradução Cristiana Coimbra. São Paulo: SENAC, 2006.
- CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Edusp, 2000.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v. 1.
- FLÜGEL, John Carl. *A psicologia das roupas*. São Paulo: Mestre Jou, 1966.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- JORNAL DAS MOÇAS, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero*. A moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- LOUREIRO, Felipe Pereira. *Nos fios de uma trama esquecida: indústria têxtil paulista nas décadas pós-depressão (1929-1950)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. (Org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 443-481.
- _____. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira et. al. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34.
- LURIE, Alison. *A linguagem das roupas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- MARTINS, Ana Paula V. “Vamos criar seu filho”: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX, *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 15, n. 1, p. 135-154, 2008.
- MATOS, Lobivar. *A Legião Brasileira de Assistência e os soldados do Brasil*. Rio de Janeiro: Legião Brasileira de Assistência, 1945.
- MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 199-234, 2001.
- PARADA, Maurício. Corpos infantil e nacional: políticas públicas para a criança durante o Estado Novo. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Márcia. *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011, p. 351-370.
- PELKA, Anna. El significado de la moda en los sistemas dictatoriales. Una nota de semiótica histórica. *Cuadernos de Historia Contemporánea*, v. 33, p. 277-293, 2011.
- PEREIRA, André Ricardo. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 38, p. 165-198, 1999.
- PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2005. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/229>>. Acesso em 10 mar. 2016.
- ROCHE, Daniel. *História das coisas banais*. Nascimento do consumo sec. XVII e XVIII. Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- RODRIGUEZ, Lorena. Estratégia de manipulação das massas: o desenho animado como arma de guerra. In: INTERCOM; XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte. *Anais...* Belém, 01-03 mai. 2014. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/norte2014/resumos/R39-0983-1.pdf>>.

- ROUSSEAU, Jean. J. *Emílio ou da educação*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M. R. *Tempos de Caçanema*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SCHIMITT, Jean Claude. *O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média*. São Paulo: Edusc, 2007.
- SIMILI, Ivana G. Pedagogias da moda na política: as aparências da primeira-dama Darcy Vargas. In: BONADIO, M. C.; MATTOS, M. F. S. C. (Org.). *História e cultura de moda*. São Paulo: Estação das Letras e cores, 2011, p. 38-59.
- _____. Políticas de Gênero na Guerra: as roupas e a moda feminina. *Acervo*, v. 25, n. 2, 2012.
- VACCARI, Alessandra. O estudo do vestuário nas artes decorativas e no design. In: SORCINELLI, Paulo (Org.). *Estudar a moda: Corpos, vestuários, estratégias*. Tradução de Renato Ambrosio. São Paulo: Senac, 2008, p. 97-108.